



**Associação do Movimento Pais e Amigos para a Inclusão em Portugal –
MPAI**

CONTRIBUTO

**PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AO DECRETO-LEI N.º 54/2018 DE 6 DE JULHO, QUE "ESTABELECE
O REGIME JURÍDICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA" No âmbito das apreciações parlamentares
n.º 67/XIII/3.ª (BE) e n.º 68/XIII/4.ª (PCP)**

PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AO DECRETO-LEI N.º 54/2018 DE 6 DE JULHO, QUE "ESTABELECE O REGIME JURÍDICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA" No âmbito das apreciações parlamentares n.º 67/XIII/3.ª (BE) e n.º 68/XIII/4.ª (PCP)

Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho	Propostas dos partidos CDS, PSD, PCP e BE	Associação do Movimento Pais e Amigos em Portugal - MPAI
<p>Artigo 1.º Objeto e âmbito 1 - O presente decreto-lei estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa.</p> <p>2 - O presente decreto-lei identifica as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, as áreas curriculares específicas, bem como os recursos específicos a mobilizar para responder às necessidades educativas de todas e de cada uma das crianças e jovens ao longo do seu percurso escolar, nas diferentes ofertas de educação e formação.</p>	<p>Artigo 1.º (...)</p> <p>Proposta PCP 1 - O presente decreto-lei estabelece os princípios e as normas que visam a garantia da inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, nomeadamente com necessidades educativas especiais através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa.</p> <p>2- O presente decreto-lei visa ainda a contratação de todos os profissionais e disponibilização de todos os recursos pedagógicos adaptados às necessidades das crianças e alunos.</p> <p>3 – (anterior número 2).</p>	<p>Artigo 1.º (...)</p> <p>1 - O presente decreto-lei estabelece os princípios e as normas que visam a garantia da inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa.</p> <p>2- O presente decreto-lei visa ainda a contratação de todos os profissionais e disponibilização de todos os recursos pedagógicos adaptados às necessidades das crianças e alunos.</p> <p>3 – (anterior número 2).</p>

<p>3 - O presente decreto-lei aplica-se aos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, às escolas profissionais e aos estabelecimentos da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário das redes privada, cooperativa e solidária, adiante designados por escolas.</p>	<p>4 – (anterior número 3).</p> <p>5 – Compete ao Governo garantir que o previsto no presente artigo é aplicado em todos os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, sendo supletiva a resposta ao nível da rede privada, cooperativa e solidária.</p>	<p>4 – (anterior número 3).</p> <p>5 – Compete ao Governo garantir que o previsto no presente artigo é aplicado em todos os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, sendo supletiva a resposta ao nível da rede privada, cooperativa e solidária.</p>
	<p>Artigo 1.º -A Fins A educação especial inclusiva, nos termos previstos no presente decreto-lei, tem como fins a promoção da igualdade de oportunidades, o acesso e o sucesso educativo, a autonomia, a inclusão familiar, educativa e social, a estabilidade emocional, o desenvolvimento das possibilidades de comunicação e das potencialidades físicas e intelectuais, a superação dos obstáculos e dos seus impactos, a preparação para prosseguimento de estudos ou para uma adequada formação profissional e integração na vida socioprofissional das crianças e dos jovens com necessidades educativas especiais.</p>	<p>Artigo 1.º -A Fins A <u>educação inclusiva</u>, nos termos previstos no presente decreto-lei, tem como fins a promoção da igualdade de oportunidades, o acesso e o sucesso educativo, a autonomia, a inclusão familiar, educativa e social, a estabilidade emocional, o desenvolvimento das possibilidades de comunicação e das potencialidades físicas e intelectuais, a superação dos obstáculos e dos seus impactos, a preparação para prosseguimento de estudos ou para uma adequada formação profissional e integração na vida socioprofissional <u>de todas as crianças e dos jovens.</u></p>

<p>Artigo 2.º Definições Para efeitos do presente decreto-lei entende-se por:</p> <p>a) «Acomodações curriculares», as medidas de gestão curricular que permitem o acesso ao currículo e às atividades de aprendizagem na sala de aula através da diversificação e da combinação adequada de vários métodos e estratégias de ensino, da utilização de diferentes modalidades e instrumentos de avaliação, da adaptação de materiais e recursos educativos e da remoção de barreiras na organização do espaço e do equipamento, planeadas para responder aos diferentes estilos de aprendizagem de cada aluno, promovendo o sucesso educativo;</p> <p>b) «Adaptações curriculares não significativas», as medidas de gestão curricular que não comprometem as aprendizagens previstas nos documentos curriculares, podendo incluir adaptações ao nível dos objetivos e dos conteúdos, através da alteração na sua priorização ou sequenciação, ou na introdução de objetivos específicos de nível intermédio que permitam atingir os objetivos globais e as aprendizagens essenciais, de modo a desenvolver as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória;</p>	<p>Artigo 2.º (...) Para efeitos do presente decreto-lei entende-se por:</p> <p>a) (...);</p> <p>b) «Adaptações curriculares não significativas», as medidas de gestão curricular que não comprometem as aprendizagens previstas nos documentos curriculares, podendo incluir adaptações ao nível dos objetivos e dos conteúdos, através da alteração na sua priorização ou sequenciação, ou na introdução de objetivos específicos que permitam atingir os objetivos globais e as aprendizagens essenciais;</p>	<p>Artigo 2.º (...) Para efeitos do presente decreto-lei entende-se por:</p> <p>a) (...);</p> <p>b) «Adaptações curriculares não significativas», as medidas de gestão curricular que não comprometem as aprendizagens previstas nos documentos curriculares, podendo incluir adaptações ao nível dos objetivos e dos conteúdos, através da alteração na sua priorização ou sequenciação, ou na introdução de objetivos específicos que permitam atingir os objetivos globais e as aprendizagens essenciais.</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>c) «Adaptações curriculares significativas», as medidas de gestão curricular que têm impacto nas aprendizagens previstas nos documentos curriculares, requerendo a introdução de outras aprendizagens substitutivas e estabelecendo objetivos globais ao nível dos conhecimentos a adquirir e das competências a desenvolver, de modo a potenciar a autonomia, o desenvolvimento pessoal e o relacionamento interpessoal;</p>	<p>c) (...);</p>	<p>c) (...);</p>
<p>d) «Áreas curriculares específicas», as que contemplam o treino de visão, o sistema braille, a orientação e a mobilidade, as tecnologias específicas de informação e comunicação e as atividades da vida diária;</p>	<p>d) (...);</p>	<p>d) (...);</p>
<p>e) «Barreiras à aprendizagem», as circunstâncias de natureza física, sensorial, cognitiva, socioemocional, organizacional ou logística resultantes da interação criança ou aluno e ambiente que constituem obstáculos à aprendizagem;</p>	<p>e) (...);</p>	<p>e) (...);</p>
<p>f) «Equipa de saúde escolar», a equipa de profissionais de saúde dos agrupamentos de centros de saúde ou das unidades locais de saúde (ACES/ULS), que, perante a referência de crianças ou jovens com necessidades de saúde especiais, articula com as equipas de medicina geral e familiar e outros serviços de saúde, a família e a escola, com as quais elabora um plano de saúde individual, apoiando a sua implementação, monitorização e eventual revisão;</p>	<p>f) (...);</p>	<p>f) (...);</p>
<p>g) «Intervenção precoce na infância», o conjunto de medidas de apoio integrado, centrado na criança e na família, incluindo ações de natureza preventiva e reabilitativa, designadamente</p>	<p>g) (...);</p>	<p>g) (...);</p>

<p>no âmbito da educação, da saúde e da ação social;</p> <p>h) «Necessidades de saúde especiais» (NSE), as necessidades que resultam dos problemas de saúde física e mental que tenham impacto na funcionalidade, produzam limitações acentuadas em qualquer órgão ou sistema, impliquem irregularidade na frequência escolar e possam comprometer o processo de aprendizagem;</p> <p>i) «Plano individual de transição», o plano concebido, três anos antes da idade limite da escolaridade obrigatória, para cada jovem que frequenta a escolaridade com adaptações significativas, desenhado de acordo com os interesses, competências e expectativas do aluno e da sua família, com vista a facilitar a transição para a vida pós-escolar e que complementa o programa educativo individual;</p> <p>j) «Plano de saúde individual», o plano concebido pela equipa de saúde escolar, no âmbito do Programa Nacional de Saúde Escolar, para cada criança ou jovem com NSE, que integra os resultados da avaliação das condições de saúde na funcionalidade e identifica as medidas de saúde a implementar, visando melhorar o processo de aprendizagem;</p> <p>k) «Programa educativo individual», o programa concebido para cada aluno resultante de uma planificação centrada na sua pessoa, em que se identificam as medidas de suporte à aprendizagem que promovem o acesso e a participação em contextos inclusivos.</p>	<p>h) (...);</p> <p>i) (...);</p> <p>j) (...);</p> <p>k) (...).</p>	<p>h) (...);</p> <p>i) (...);</p> <p>j) (...);</p> <p>k) (...).</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------

<p>Artigo 3.º Princípios orientadores São princípios orientadores da educação inclusiva:</p> <p>a) Educabilidade universal, a assunção de que todas as crianças e alunos têm capacidade de aprendizagem e de desenvolvimento educativo;</p> <p>b) Equidade, a garantia de que todas as crianças e alunos têm acesso aos apoios necessários de modo a concretizar o seu potencial de aprendizagem e desenvolvimento;</p> <p>c) Inclusão, o direito de todas as crianças e alunos ao acesso e participação, de modo pleno e efetivo, aos mesmos contextos educativos;</p> <p>d) Personalização, o planeamento educativo centrado no aluno, de modo que as medidas sejam decididas casuisticamente de acordo com as suas necessidades, potencialidades, interesses e preferências, através de uma abordagem multinível;</p> <p>e) Flexibilidade, a gestão flexível do currículo, dos espaços e dos tempos escolares, de modo que a ação educativa nos seus métodos, tempos, instrumentos e atividades possa responder às singularidades de cada um;</p> <p>f) Autodeterminação, o respeito pela autonomia pessoal, tomando em consideração não apenas as necessidades do aluno mas também os seus interesses e preferências, a expressão da sua identidade cultural e linguística, criando oportunidades para o exercício do direito de participação na tomada de</p>	<p>Artigo 3.º (...) São princípios orientadores da educação inclusiva:</p> <p>a) Educabilidade universal, a assunção de que todas as crianças e jovens têm capacidade de aprendizagem e de desenvolvimento educativo;</p> <p>b) (...);</p> <p>c) Inclusão, o direito de todas as crianças e alunos ao acesso e participação, de modo pleno e efetivo, aos mesmos contextos educativos, independentemente das suas características, interesses, capacidades e necessidades;</p> <p>d) Personalização, o planeamento educativo centrado no aluno, de modo que as medidas sejam decididas casuisticamente de acordo com as suas necessidades, potencialidades, interesses, características e preferências, através de uma abordagem multinível;</p> <p>e) Flexibilidade, a gestão flexível do currículo, dos espaços e dos tempos escolares, de modo que a ação educativa nos seus métodos, tempos, instrumentos e atividades possa responder às especificidades de cada um;</p> <p>f) Autodeterminação, o respeito pela autonomia pessoal, tomando em consideração não apenas as necessidades das crianças e jovens, mas também os seus interesses e preferências, a expressão da sua identidade cultural e linguística, criando oportunidades para o exercício do direito de participação na</p>	<p>Artigo 3.º (...)</p> <p>a) (...);</p> <p>b) (...);</p> <p>c) Inclusão, o direito de todas as crianças e alunos ao acesso e participação, de modo pleno e efetivo, aos mesmos contextos educativos, independentemente das suas características, interesses, capacidades e necessidades;</p> <p>d) Personalização, o planeamento educativo centrado no aluno, de modo que as medidas sejam decididas casuisticamente de acordo com as suas necessidades, potencialidades, interesses, características e preferências, através de uma abordagem multinível;</p> <p>e) Flexibilidade, a gestão flexível do currículo, dos espaços e dos tempos escolares, de modo que a ação educativa nos seus métodos, tempos, instrumentos e atividades possa responder às especificidades de cada um;</p> <p>f) Autodeterminação, o respeito pela autonomia pessoal, tomando em consideração não apenas as necessidades das crianças e jovens, mas também os seus interesses e preferências, a expressão da sua identidade cultural e linguística, criando oportunidades para o exercício do direito de participação na</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>decisões;</p> <p>g) Envolvimento parental, o direito dos pais ou encarregados de educação à participação e à informação relativamente a todos os aspetos do processo educativo do seu educando;</p> <p>h) Interferência mínima, a intervenção técnica e educativa deve ser desenvolvida exclusivamente pelas entidades e instituições cuja ação se revele necessária à efetiva promoção do desenvolvimento pessoal e educativo das crianças ou alunos e no respeito pela sua vida privada e familiar.</p>	<p>tomada de decisões;</p> <p>g) (...);</p> <p>h) (...).</p>	<p>tomada de decisões;</p> <p>g) (...);</p> <p>h) (...).</p>
<p>Artigo 4.º Participação dos pais ou encarregados de educação</p> <p>1 - Os pais ou encarregados de educação, no âmbito do exercício dos poderes e deveres que lhes foram conferidos nos termos da Constituição e da lei, têm o direito e o dever de participar e cooperar ativamente em tudo o que se relacione com a educação do seu filho ou educando, bem como a aceder a toda a informação constante no processo individual do aluno, designadamente no que diz respeito às medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão.</p> <p>2 - Nos termos do disposto no número anterior, os pais ou encarregados de educação têm direito a:</p> <p>a) Participar nas reuniões da equipa multidisciplinar;</p>	<p>Artigo 4.º (...)</p> <p>1 – (...).</p> <p>2 – (...):</p> <p>Proposta BE</p> <p>a) Participar na equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva, na qualidade de elemento variável.</p>	<p>Artigo 4.º (...)</p> <p>1 – (...).</p> <p>2 – (...):</p> <p>a) Participar na equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva, na qualidade de <u>elemento fixo ou variável, conforme decisão dos pais ou Encarregado de Educação.</u></p>

<p>b) Participar na elaboração e na avaliação do programa educativo individual;</p> <p>c) Solicitar a revisão do programa educativo individual;</p> <p>d) Consultar o processo individual do seu filho ou educando;</p> <p>e) Ter acesso a informação adequada e clara relativa ao seu filho ou educando.</p> <p>3 - Quando, comprovadamente, os pais ou encarregados de educação não exerçam os seus poderes de participação cabe à escola desencadear as medidas apropriadas em função das necessidades educativas identificadas.</p>	<p>b) Participar na elaboração e na avaliação do relatório técnico-pedagógico, do programa educativo individual e do plano individual de transição, quando estes se apliquem.</p> <p>c) Solicitar a revisão do relatório técnico-pedagógico, do programa educativo individual e do plano individual de transição, quando estes se apliquem.</p> <p>d) Consultar o processo individual do seu filho ou educando e receber fotocópia do relatório técnico-pedagógico, do programa educativo individual e do plano individual de transição, 5 dias antes da data de discussão e / ou assinatura dos mesmos.;</p> <p>e) (...).</p> <p>3 - Quando, comprovadamente e esgotados todos os modos de envolvimento parental, os pais ou encarregados de educação não exerçam os seus poderes de participação cabe à escola desencadear as medidas apropriadas em função das necessidades educativas identificadas e salvaguardando o superior interesse da criança ou do jovem.</p>	<p>b) Participar na elaboração e na avaliação do relatório técnico-pedagógico, do programa educativo individual e do plano individual de transição, quando estes se apliquem.</p> <p>c) Solicitar a revisão do relatório técnico-pedagógico, do programa educativo individual e do plano individual de transição, quando estes se apliquem.</p> <p>d) Consultar o processo individual do seu filho ou educando e receber fotocópia do relatório técnico-pedagógico, do programa educativo individual e do plano individual de transição, 5 dias antes da data de discussão e / ou assinatura dos mesmos.;</p> <p>e) (...).</p> <p>3 - Quando, comprovadamente e esgotados todos os modos de envolvimento parental, os pais ou encarregados de educação não exerçam os seus poderes de participação cabe à escola desencadear as medidas apropriadas em função das necessidades educativas identificadas e salvaguardando o superior interesse da criança ou do jovem.</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>Artigo 5.º Linhas de atuação para a inclusão</p> <p>1 - As escolas devem incluir nos seus documentos orientadores as linhas de atuação para a criação de uma cultura de escola onde todos encontrem oportunidades para aprender e as condições para se realizarem plenamente, respondendo às necessidades de cada aluno, valorizando a diversidade e promovendo a equidade e a não discriminação no acesso ao currículo e na progressão ao longo da escolaridade obrigatória.</p> <p>2 - As linhas de atuação para a inclusão vinculam toda a escola a um processo de mudança cultural, organizacional e operacional baseado num modelo de intervenção multinível que reconhece e assume as transformações na gestão do currículo, nas práticas educativas e na sua monitorização.</p> <p>3 - As linhas de atuação para a inclusão devem integrar um contínuo de medidas universais, seletivas e adicionais que respondam à diversidade das necessidades de todos e de cada um dos alunos.</p> <p>4 - As escolas devem, ainda, definir indicadores destinados a avaliar a eficácia das medidas referidas no número anterior.</p>	<p>Artigo 5.º (...) Proposta PCP</p> <p>1 - As escolas adaptam os seus regulamentos de acordo com o previsto no presente decreto-lei e demais legislação conexas.</p> <p>2 – (...).</p> <p>3 – (...).</p> <p>4 - As escolas devem, ainda, através das equipas multidisciplinares, definir indicadores destinados a avaliar a eficácia das medidas referidas no número anterior.</p>	<p>Artigo 5.º (...)</p> <p>1 - As escolas adaptam os seus regulamentos de acordo com o previsto no presente decreto-lei e demais legislação conexas.</p> <p>2 – (...).</p> <p>3 – (...).</p> <p>4 - As escolas devem, ainda, através das equipas multidisciplinares, definir indicadores destinados a avaliar a eficácia das medidas referidas no número anterior.</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>Artigo 6.º Objetivos das medidas</p> <p>1 - As medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão têm como finalidade a adequação às necessidades e potencialidades de cada aluno e a garantia das condições da sua realização plena, promovendo a equidade e a igualdade de oportunidades no acesso ao currículo, na frequência e na progressão ao longo da escolaridade obrigatória.</p> <p>2 - Estas medidas são desenvolvidas tendo em conta os recursos e os serviços de apoio ao funcionamento da escola, os quais devem ser convocados pelos profissionais da escola, numa lógica de trabalho colaborativo e de corresponsabilização com os docentes de educação especial, em função das especificidades dos alunos.</p> <p>3 - A implementação das medidas ocorre em todas as modalidades e percursos de educação e de formação, de modo a garantir que todos os alunos têm igualdade de oportunidades no acesso e na frequência das diferentes ofertas educativas e formativas.</p>	<p>Artigo 6.º (...)</p> <p>1 – (...).</p> <p>Proposta do PCP</p> <p>2 - Estas medidas são desenvolvidas tendo em conta os recursos e os serviços de apoio ao funcionamento da escola, os quais devem ser convocados pelos profissionais da escola, numa lógica de trabalho colaborativo com os docentes de educação especial, em função das especificidades dos alunos.</p> <p>3 – (...).</p>	<p>Artigo 6.º (...)</p> <p>1 – (...).</p> <p>2 – (...).</p> <p>3 – (...).</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>Artigo 7.º Níveis das medidas</p> <p>1 - As medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão são organizadas em três níveis de intervenção: universais, seletivas e adicionais.</p> <p>2 - As medidas de diferente nível são mobilizadas, ao longo do percurso escolar do aluno, em função das suas necessidades educativas.</p> <p>3 - A definição de medidas a implementar é efetuada com base em evidências decorrentes da monitorização, da avaliação sistemáticas e da eficácia das medidas na resposta às necessidades de cada criança ou aluno.</p> <p>4 - A definição das medidas a que se refere o n.º 1 é realizada pelos docentes, ouvidos os pais ou encarregados de educação e outros técnicos que intervêm diretamente com o aluno, podendo ser adotadas em simultâneo medidas de diferentes níveis.</p>	<p>Artigo 7.º (...)</p> <p>1 – (...).</p> <p>2 – (...).</p> <p>3 – (...).</p> <p>Proposta PCP</p> <p>4 - A definição das medidas a que se refere o n.º 1 é realizada pelas equipas multidisciplinares, ouvidos os pais ou encarregados de educação e outros técnicos que intervêm diretamente com o aluno, podendo ser adotadas em simultâneo medidas de diferentes níveis, incluindo medidas seletivas e adicionais a crianças ou alunos a quem apenas foram mobilizadas medidas universais.</p>	<p>Artigo 7.º (...)</p> <p>1 – (...).</p> <p>2 – (...).</p> <p>3 – (...).</p> <p>4 - A definição das medidas a que se refere o n.º 1 é realizada pelas equipas multidisciplinares, da qual os pais ou encarregados de educação fazem parte como elementos variáveis ou fixos, conforme decidirem e outros técnicos que intervêm diretamente com o aluno, podendo ser adotadas em simultâneo medidas de diferentes níveis, incluindo medidas seletivas e adicionais a crianças ou alunos a quem apenas foram mobilizadas medidas universais.</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>Artigo 8.º Medidas universais</p> <p>1 - As medidas universais correspondem às respostas educativas que a escola tem disponíveis para todos os alunos com objetivo de promover a participação e a melhoria das aprendizagens.</p> <p>2 - Consideram-se medidas universais, entre outras: a) A diferenciação pedagógica; b) As acomodações curriculares; c) O enriquecimento curricular; d) A promoção do comportamento pró-social; e) A intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos.</p> <p>3 - As medidas universais são mobilizadas para todos os alunos, incluindo os que necessitam de medidas seletivas ou adicionais, tendo em vista, designadamente, a promoção do desenvolvimento pessoal, interpessoal e de intervenção social.</p>	<p>Artigo 8.º [...]</p> <p>1 – (...).</p> <p>2 – (...).</p> <p>Proposta PSD</p> <p>3 - As medidas universais, incluindo apoio tutorial preventivo e temporário, são mobilizadas para todos os alunos, incluindo os que necessitam de medidas seletivas ou adicionais, tendo em vista, designadamente, a promoção do desenvolvimento pessoal, interpessoal e de intervenção social.</p> <p>Proposta BE</p> <p>4 - Aplicação das medidas universais é realizada pelo docente titular do grupo/turma, em parceria com o docente de educação especial, enquanto dinamizador, articulador e especialista em diferenciação dos meios e materiais de aprendizagem e de avaliação.</p>	<p>Artigo 8.º [...]</p> <p>1 – (...).</p> <p>2 – (...).</p> <p>3 – (...).</p> <p>4 - Aplicação das medidas universais é realizada pelo docente titular do grupo/turma, em parceria com o docente de educação especial, enquanto dinamizador, articulador e especialista em diferenciação dos meios e materiais de aprendizagem e de avaliação.</p>
<p>Artigo 9.º Medidas seletivas</p> <p>1 - As medidas seletivas visam colmatar as necessidades de suporte à aprendizagem não supridas pela aplicação de medidas universais.</p>	<p>Artigo 9.º (...)</p> <p>1 – (...).</p> <p>Proposta PCP</p> <p>2 – Consideram-se medidas</p>	<p>Artigo 9.º (...)</p> <p>1 – (...).</p> <p>2 – Consideram-se medidas</p>

<p>2 - Consideram-se medidas seletivas: a) Os percursos curriculares diferenciados; b) As adaptações curriculares não significativas; c) O apoio psicopedagógico; d) A antecipação e o reforço das aprendizagens; e) O apoio tutorial.</p> <p>3 - A monitorização e avaliação da eficácia da aplicação das medidas seletivas é realizada pelos responsáveis da sua implementação, de acordo com o definido no relatório técnico-pedagógico.</p> <p>4 - As medidas seletivas são operacionalizadas com os recursos materiais e humanos disponíveis na escola.</p> <p>5 - Quando a operacionalização das medidas a que se referem os números anteriores implique a utilização de recursos adicionais, o diretor da escola deve requerer, fundamentadamente, tais recursos ao serviço competente do Ministério da Educação.</p>	<p>seletivas, entre outras:</p> <p>Proposta BE</p> <p>2 – (...): a) (...); b) (...); c) (...); d) (...); e) (...); f) A inclusão do aluno em turma reduzida, não podendo a mesma turma incluir mais do que dois alunos nestas condições.</p> <p>3 - Estas turmas devem ter um número de alunos igual ou inferior a 20, não carecendo a sua constituição de autorização superior.</p> <p>4 - A monitorização e avaliação da eficácia da aplicação das medidas seletivas é realizada pela equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva, de acordo com o definido no relatório técnico-pedagógico.</p> <p>5 – (anterior n.º 4). 6 – (anterior n.º 5).</p> <p>Proposta PCP</p> <p>5 - Quando a operacionalização das medidas a que se referem os números anteriores implique a utilização de recursos adicionais, o Ministério da Educação disponibiliza-os sob requerimento do diretor da escola.</p> <p>Proposta BE</p> <p>7 - A aplicação das medidas seletivas é realizada pelo</p>	<p>seletivas, entre outras:</p> <p>a) (...); b) (...); c) (...); d) (...); e) (...); f) A inclusão do aluno em turma reduzida, não podendo a mesma turma incluir mais do que dois alunos nestas condições.</p> <p>3 - Estas turmas devem ter um número de alunos igual ou inferior a 20, não carecendo a sua constituição de autorização superior.</p> <p>4 - A monitorização e avaliação da eficácia da aplicação das medidas seletivas é realizada pela equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva, de acordo com o definido no relatório técnico-pedagógico.</p> <p>5 – (anterior n.º 4).</p> <p>6 - Quando a operacionalização das medidas a que se referem os números anteriores implique a utilização de recursos adicionais, o Ministério da Educação disponibiliza-os sob requerimento do diretor da escola.</p> <p>Proposta BE</p> <p>7 - A aplicação das medidas seletivas é realizada pelo</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	docente titular do grupo/turma, em parceria com o docente de educação especial, enquanto dinamizador, articulador e especialista em diferenciação dos meios e materiais de aprendizagem e de avaliação.	docente titular do grupo/turma, em parceria com o docente de educação especial, enquanto dinamizador, articulador e especialista em diferenciação dos meios e materiais de aprendizagem e de avaliação.
<p>Artigo 10.º Medidas adicionais</p> <p>1 - As medidas adicionais visam colmatar dificuldades acentuadas e persistentes ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem que exigem recursos especializados de apoio à aprendizagem e à inclusão.</p> <p>2 - A mobilização das medidas adicionais depende da demonstração da insuficiência das medidas universais e seletivas previstas nos níveis de intervenção a que se referem os artigos 8.º e 9.º</p> <p>3 - A fundamentação da insuficiência, referida no número anterior, deve ser baseada em evidências e constar do relatório técnico-pedagógico.</p> <p>4 - Consideram-se medidas adicionais: a) A frequência do ano de escolaridade por disciplinas; b) As adaptações curriculares significativas; c) O plano individual de transição; d) O desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado; e) O desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social.</p> <p>5 - A aplicação das medidas adicionais que requerem a intervenção de recursos especializados deve convocar a intervenção do docente de educação especial enquanto</p>	<p>Artigo 10.º (...)</p> <p>1 – (...).</p> <p>2- (...).</p> <p>3 – (...).</p> <p>4 – (...).</p> <p>Proposta PSD</p> <p>5 - A aplicação das medidas adicionais que requerem a intervenção de recursos especializados deve convocar a intervenção do docente de educação especial enquanto</p>	<p>Artigo 10.º (...)</p> <p>1 – (...).</p> <p>2- (...).</p> <p>3 – (...).</p> <p>4 – (...).</p> <p>5 – (...).</p>

<p>dinamizador, articulador e especialista em diferenciação dos meios e materiais de aprendizagem, sendo, preferencialmente, implementadas em contexto de sala de aula.</p> <p>6 - A monitorização e avaliação da eficácia da aplicação das medidas adicionais é realizada pelos responsáveis da sua implementação, de acordo com o definido no relatório técnico-pedagógico.</p> <p>7 - As medidas adicionais são operacionalizadas com os recursos materiais e humanos disponíveis na escola, privilegiando-se o contexto de sala de aula.</p>	<p>dinamizador, articulador e especialista em diferenciação dos meios e materiais de aprendizagem, sendo implementadas em contexto de sala de aula ou noutros contextos que se revelem adequados para dar resposta às necessidades e aspirações dos alunos.</p> <p>6 - (...)</p> <p>7 - As medidas adicionais são operacionalizadas com os recursos materiais e humanos disponíveis na escola ou na comunidade, mobilizáveis mediante a realização de protocolos de parceria no contexto de sala de aula, ou noutros contextos que se revelem adequados para dar resposta às necessidades e aspirações dos alunos.</p> <p>8 - Quando a operacionalização das medidas previstas no n.º 4 implique a necessidade de mobilização de recursos adicionais não existentes na escola nem na comunidade, o diretor da escola deve requerer, fundamentadamente, tais recursos ao serviço competente do Ministério da Educação, que deverá dar resposta num prazo de 30 dias.</p>	<p><u>De acordo com proposta BE nos seguintes 6 e 7.</u></p> <p>6- A monitorização e avaliação da eficácia da aplicação das medidas adicionais é realizada pela equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva, de acordo com o definido no relatório técnico-pedagógico.</p> <p>7- As medidas adicionais são operacionalizadas prioritariamente com os recursos materiais e humanos disponíveis na escola, privilegiando-se o contexto de sala de aula.</p> <p>8 - Quando a operacionalização das medidas previstas no n.º 4 implique a necessidade de mobilização de recursos adicionais não existentes na escola nem na comunidade, o diretor da escola deve requerer, fundamentadamente, tais recursos ao serviço competente do Ministério da Educação, que deverá dar resposta num prazo de 15 dias.</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>9- Quando atestadamente se verifique a impossibilidade de frequência, quer por condições objetivas do aluno quer por ausência comprovada de recursos adicionais nas escolas, deverá considerar-se, com a anuência dos respetivos Encarregados de Educação:</p> <p>a) A frequência num estabelecimento de ensino, cujo Centro de Apoio à Aprendizagem inclua unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e/ou unidades de ensino estruturado.</p> <p>b) A frequência numa instituição de reabilitação especializada e/ou acompanhamento especializado no domicílio, devendo os membros do Governo competentes em razão da matéria garantir em diploma próprio todas as condições para a sua concretização.</p> <p>Proposta do BE</p> <p>6- A monitorização e avaliação da eficácia da aplicação das medidas adicionais é realizada pela equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva, de acordo com o definido no relatório técnico-pedagógico.</p> <p>7- As medidas adicionais são operacionalizadas prioritariamente com os recursos materiais e humanos disponíveis na escola, privilegiando-se o contexto de sala de aula.</p>	<p><u>Ponto nº 9 da proposta do PSD Inaceitável, vai contra o próprio diploma para uma Educação Inclusiva</u></p> <p>9- Quando atestadamente se verifique a impossibilidade de frequência, quer por condições objetivas do aluno quer por ausência comprovada de recursos adicionais nas escolas, <u>poderá considerar-se caso os pais ou Encarregados de Educação o desejem e com a anuência dos respetivos Encarregados de Educação:</u></p> <p><u>a)Ensino Individual;</u> <u>b)Ensino Doméstico .</u></p> <p><u>Sendo regulado pelo Decreto-Lei nº 176/2012 de 2 de agosto. Evocando sempre o superior interesse da criança ou jovem e, podendo haver por parte da escola algum acompanhamento, mantendo-se uma Equipa Multidisciplinar, que será ajustada conforme a modalidade de ensino e as necessidades das crianças e jovens que optem por qualquer uma das modalidades.</u> Sendo que um dos elementos fixos da equipa multidisciplinar tem de ser o responsável pelo ensino do aluno.</p>
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>Artigo 11.º Identificação dos recursos específicos</p> <p>1 - São recursos humanos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão: a) Os docentes de educação especial; b) Os técnicos especializados; c) Os assistentes operacionais, preferencialmente com formação específica.</p> <p>2 - São recursos organizacionais específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão: a) A equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva; b) O centro de apoio à aprendizagem; c) As escolas de referência no domínio da visão; d) As escolas de referência para a educação bilingue; e) As escolas de referência para a intervenção precoce na infância; f) Os centros de recursos de tecnologias de informação e comunicação para a educação especial.</p> <p>3 - São recursos específicos existentes na comunidade a mobilizar para apoio à aprendizagem e à inclusão: a) As equipas locais de intervenção precoce; b) As equipas de saúde escolar dos ACES/ULS; c) As comissões de proteção de crianças e jovens; d) Os centros de recursos para a inclusão; e) As instituições da comunidade, nomeadamente os serviços de atendimento e acompanhamento social do sistema de solidariedade e segurança social, os serviços do emprego e formação profissional e os serviços da administração local; f) Os estabelecimentos de educação especial com acordo de cooperação com o Ministério</p>	<p>Artigo 11.º (...)</p> <p>Proposta PCP</p> <p>1 – (...):</p> <p>a) (...); b) (...); c) Os assistentes operacionais com formação específica.</p> <p>2 – (...):</p> <p>3 – (...):</p>	<p>Artigo 11.º (...)</p> <p>1 – (...):</p> <p>a) (...); b) (...); c) Os assistentes operacionais com formação específica.</p> <p>2 – (...):</p> <p>3 – (...):</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>da Educação.</p> <p>4 - O docente de educação especial, no âmbito da sua especialidade, apoia, de modo colaborativo e numa lógica de corresponsabilização, os demais docentes do aluno na definição de estratégias de diferenciação pedagógica, no reforço das aprendizagens e na identificação de múltiplos meios de motivação, representação e expressão.</p> <p>5 - Para cumprir os objetivos da inclusão, cooperam, de forma complementar e sempre que necessário, os recursos da comunidade, nomeadamente da educação, da formação profissional, do emprego, da segurança social, da saúde e da cultura.</p>	<p>4 - O docente de educação especial, no âmbito da sua especialidade, apoia, de modo colaborativo, os demais docentes do aluno na definição de estratégias de diferenciação pedagógica, no reforço das aprendizagens e na identificação de múltiplos meios de motivação, representação e expressão.</p> <p>5 – (...).</p> <p>6 – Compete ao Governo garantir os meios necessários para habilitar, com a formação específica gratuita de apoio à aprendizagem e à inclusão, todos os trabalhadores.</p>	<p>4 – (...).</p> <p>5 – (...).</p> <p>6 – Compete ao Governo garantir os meios necessários para habilitar, com a formação específica gratuita de apoio à aprendizagem e à inclusão, todos os trabalhadores.</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>Artigo 12.º Equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva</p> <p>1 - Em cada escola é constituída uma equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva.</p> <p>2 - A equipa multidisciplinar é composta por elementos permanentes e por elementos variáveis.</p> <p>3 - São elementos permanentes da equipa multidisciplinar: a) Um dos docentes que coadjuva o diretor; b) Um docente de educação especial; c) Três membros do conselho pedagógico com funções de coordenação pedagógica de diferentes níveis de educação e ensino; d) Um psicólogo.</p> <p>4 - São elementos variáveis da equipa multidisciplinar o docente titular de grupo/turma ou o diretor de turma do aluno, consoante o caso, outros docentes do aluno, técnicos do centro de recurso para a inclusão (CRI) e outros técnicos que intervêm com o aluno.</p> <p>5 - Cabe ao diretor designar: a) Os elementos permanentes; b) O coordenador, ouvidos os elementos permanentes da equipa multidisciplinar; c) O local de funcionamento.</p> <p>6 - Cabe ao coordenador da equipa multidisciplinar: a) Identificar os elementos variáveis referidos no n.º 4; b) Convocar os membros da equipa para as reuniões; c) Dirigir os trabalhos; d) Adotar os procedimentos necessários de modo a garantir a participação dos pais ou encarregados de educação nos termos do artigo 4.º, consensualizando respostas para</p>	<p>Artigo 12.º [...] (...)</p> <p>Proposta PSD</p> <p>2 - A Equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva deverá integrar a equipa multidisciplinar prevista pelo artigo 35.º da Lei n.º 51/2012 de 5 de setembro.</p> <p>3 - [Anterior número 2]. 4 - [Anterior número 3].</p> <p>Proposta PCP</p> <p>Artigo 12.º (...)</p> <p>1 - Em cada escola é constituída pelo menos uma equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva. 2 - (...). 3 - São elementos permanentes da equipa multidisciplinar: a) (...); b) Um docente de educação especial, que é o coordenador da equipa multidisciplinar; c) (...); d) (...).</p> <p>4 - Os elementos definidos no número anterior podem ser reforçados de acordo com as necessidades de cada escola.</p> <p>5 - São elementos variáveis da equipa multidisciplinar o docente titular de grupo/turma ou o diretor de turma do aluno, consoante o caso, outros docentes do aluno, assistentes operacionais, técnicos do centro de recurso para a inclusão (CRI), assistentes sociais e outros técnicos que intervêm com o aluno.</p> <p>6 - Cabe ao diretor designar: a) (...); b) Revogada; c) (...).</p>	<p>Artigo 12.º [...]</p> <p>1 - (...). 2 - (...).</p> <p>3 - São elementos permanentes da equipa multidisciplinar: a) (...); b) Um docente de educação especial, que é o coordenador da equipa multidisciplinar; c) (...); d) (...). e) <u>O Encarregado de Educação ou os pais, caso desejem ingressar como membros permanentes da Equipa Multidisciplinar.</u></p> <p>4 - Os elementos definidos no número anterior podem ser reforçados de acordo com as necessidades de cada escola.</p> <p>5 - São elementos variáveis da equipa multidisciplinar outros docentes do aluno, técnicos do centro de recurso para a inclusão (CRI), outros técnicos que intervêm com o aluno, pais ou encarregados de educação <u>se não quiserem ser elementos permanentes e</u>, o próprio aluno, maior de 16 anos, se assim o entender.</p> <p>6 - Cabe ao diretor designar: a) (...); b) Revogada; c) (...).</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>as questões que se coloquem.</p> <p>7 - Nos estabelecimentos de educação e ensino em que, por via da sua tipologia ou organização, não exista algum dos elementos da equipa multidisciplinar previstos nos n.os 3 e 4, cabe ao diretor definir o respetivo substituto.</p> <p>8 - Compete à equipa multidisciplinar:</p> <p>a) Sensibilizar a comunidade educativa para a educação inclusiva;</p> <p>b) Propor as medidas de suporte à aprendizagem a mobilizar;</p> <p>c) Acompanhar e monitorizar a aplicação de medidas de suporte à aprendizagem;</p> <p>d) Prestar aconselhamento aos docentes na implementação de práticas pedagógicas inclusivas;</p> <p>e) Elaborar o relatório técnico-pedagógico previsto no artigo 21.º e, se aplicável, o programa educativo individual e o plano individual de transição previstos, respetivamente, nos artigos 24.º e 25.º;</p> <p>f) Acompanhar o funcionamento do centro de apoio à aprendizagem.</p> <p>9 - O trabalho a desenvolver no âmbito da equipa multidisciplinar, designadamente a mobilização de medidas de suporte à aprendizagem bem como a elaboração do relatório técnico-pedagógico e do programa educativo individual, quando efetuado por docentes, integra a componente não letiva do seu horário de trabalho.</p>	<p>7 - (anterior número 6)</p> <p>11 – O trabalho a desenvolver no âmbito do apoio direcionado a criança ou aluno, quando efetuado por docentes, integra a componente letiva do seu horário de trabalho.</p> <p>12 – Ao coordenador da equipa multidisciplinar é aplicado o disposto para o diretor de turma, conforme previsto no artigo 10.º do Despacho Normativo n.º 10-B/2018.</p> <p>Proposta BE</p> <p>Artigo 12.º (...)</p> <p>1 – (...).</p> <p>2 – (...).</p> <p>3 – (...):</p> <p>a) (...);</p> <p>b) (...);</p> <p>c) (...);</p> <p>d) (...);</p> <p>e) Docentes titulares de turma e diretores das turmas em que haja alunos abrangidos por medidas de suporte à aprendizagem e inclusão;</p> <p>f) Um representante da associação de pais ou encarregados de educação, quando a mesma exista na escola.</p> <p>g) Um representante da associação de estudantes, quando a mesma exista na escola.</p> <p>4 – São elementos variáveis da equipa multidisciplinar outros docentes do aluno, técnicos do centro de recurso para a inclusão (CRI), outros técnicos que intervêm com o aluno, pais ou encarregados de educação e o próprio aluno, maior de 16 anos, se assim o entender.</p> <p>5 – (...):</p> <p>a) (...);</p> <p>b) Eliminado</p> <p>c) (...);</p>	<p>7 - (anterior número 6)</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------

	<p>6 – (...). 7 – (...). 8 – (...): a) (...); b) (...); c) Acompanhar, monitorizar e avaliar a aplicação de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão; d) (...); e) (...); f) Acompanhar, monitorizar e avaliar o funcionamento do centro de apoio à aprendizagem; g) Acompanhar, monitorizar e avaliar o funcionamento do centro de recursos para a inclusão.</p> <p>9 – A atividade a desenvolver no âmbito da equipa multidisciplinar, quando efetuada por docentes em trabalho direto com alunos, integra a componente letiva do seu horário de trabalho.</p> <p>10 – Aos elementos docentes permanentes da equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva são atribuídas horas da componente letiva, na proporção dos alunos apoiados e das suas funções na equipa.</p> <p>11 – O coordenador da equipa multidisciplinar de apoio à inclusão será um dos membros da equipa, eleito pela equipa.</p>	<p>8 – (...): a) (...); b) (...); c) Acompanhar, monitorizar e avaliar a aplicação de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão; d) (...); e) (...); f) Acompanhar, monitorizar e avaliar o funcionamento do centro de apoio à aprendizagem; g) Acompanhar, monitorizar e avaliar o funcionamento do centro de recursos para a inclusão.</p> <p>9 – A atividade a desenvolver no âmbito da equipa multidisciplinar, quando efetuada por docentes em trabalho direto com alunos, integra a componente letiva do seu horário de trabalho.</p> <p>10 – Aos elementos docentes permanentes da equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva são atribuídas horas da componente letiva, na proporção dos alunos apoiados e das suas funções na equipa.</p> <p>11 – O coordenador da equipa multidisciplinar de apoio à inclusão será um dos membros da equipa, eleito pela equipa.</p>
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Artigo 13.º Centro de apoio à aprendizagem	Artigo 13.º Centro de apoio à aprendizagem	Artigo 13.º Centro de apoio à aprendizagem
<p>1 - O centro de apoio à aprendizagem é uma estrutura de apoio agregadora dos recursos humanos e materiais, dos saberes e competências da escola.</p> <p>2 - O centro de apoio à aprendizagem, em colaboração com os demais serviços e estruturas da escola, tem como objetivos gerais:</p> <p>a) Apoiar a inclusão das crianças e jovens no grupo/turma e nas rotinas e atividades da escola, designadamente através da diversificação de estratégias de acesso ao currículo;</p> <p>b) Promover e apoiar o acesso à formação, ao ensino superior e à integração na vida pós-escolar;</p> <p>c) Promover e apoiar o acesso ao lazer, à participação social e à vida autónoma.</p> <p>3 - A ação educativa promovida pelo centro de apoio à aprendizagem é subsidiária da ação desenvolvida na turma do aluno, convocando a intervenção de todos os agentes educativos, nomeadamente o docente de educação especial.</p> <p>4 - O centro de apoio à aprendizagem, enquanto recurso organizacional, insere-se no contínuo de respostas educativas disponibilizadas pela escola.</p> <p>5 - Para os alunos a frequentar a escolaridade obrigatória, cujas medidas adicionais de suporte à aprendizagem sejam as previstas nas alíneas b), d) e e) do n.º 4 do artigo 10.º, é garantida, no centro de apoio à aprendizagem, uma resposta que complemente o trabalho desenvolvido em sala</p>	<p>1 – (...).</p> <p>2– (...).</p> <p>3– (...).</p> <p>4– (...).</p> <p>5– (...).</p> <p>6 – (...).</p> <p>Proposta PCP</p> <p>7 - Compete ao diretor da escola definir os espaços de funcionamento do centro de apoio à aprendizagem numa lógica de rentabilização dos recursos existentes na escola.</p> <p>8 – Nos casos em que implique a transferência ou deslocação da criança ou aluno da sua escola para a escola onde se situe o centro de apoio à aprendizagem, devem ser garantidas respostas que evitem essa transferência ou deslocação.</p>	<p>1 – (...).</p> <p>2– (...).</p> <p>3– (...).</p> <p>4– (...).</p> <p>5– (...).</p> <p>6 – (...).</p> <p>7 - Compete ao diretor da escola definir os espaços de funcionamento do centro de apoio à aprendizagem numa lógica de rentabilização dos recursos existentes na escola.</p> <p>8 – Nos casos em que implique a transferência ou deslocação da criança ou aluno da sua escola para a escola onde se situe o centro de apoio à aprendizagem, devem ser garantidas respostas que evitem essa transferência ou deslocação.</p>

<p>a) Promover a qualidade da participação dos alunos nas atividades da turma a que pertencem e nos demais contextos de aprendizagem;</p> <p>b) Apoiar os docentes do grupo ou turma a que os alunos pertencem;</p> <p>c) Apoiar a criação de recursos de aprendizagem e instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo;</p> <p>d) Desenvolver metodologias de intervenção interdisciplinares que facilitem os processos de aprendizagem, de autonomia e de adaptação ao contexto escolar;</p> <p>e) Promover a criação de ambientes estruturados, ricos em comunicação e interação, fomentadores da aprendizagem;</p> <p>f) Apoiar a organização do processo de transição para a vida pós-escolar.</p> <p>7 - Compete ao diretor da escola definir o espaço de funcionamento do centro de apoio à aprendizagem numa lógica de rentabilização dos recursos existentes na escola.</p>	<p>Proposta PSD</p> <p>8 —No sentido de concretizar a constituição, as funções e a abrangência do centro de apoio à aprendizagem, a Escola deverá estabelecer, em sede de Regulamento Interno, entre outros aspetos, no seu quadro de autonomia, o seguinte:</p> <p>a) Constituição e coordenação do Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA);</p> <p>b) Local e horário de funcionamento do CAA;</p> <p>c) Recursos humanos e materiais existentes;</p> <p>d) Formas de concretização dos objetivos específicos, de acordo com os pontos 2 e 6;</p> <p>e) Formas de articulação com os recursos humanos e materiais, dos saberes e competências da escola, designadamente no que respeita ao apoio e a avaliação das aprendizagens.</p> <p>f) Para o efeito das alíneas anteriores pode ser elaborado um regimento próprio, onde também constem as formas de medição do impacto do CAA na inclusão e aprendizagem de todos os alunos.</p> <p>9 — Ao Ministério da Educação, através das suas estruturas regionais, caberá aferir e munir as Escolas das necessidades de recursos humanos e materiais, efetivamente necessários para o funcionamento dos CAA.</p>	<p>9 — Ao Ministério da Educação, através das suas estruturas regionais, caberá aferir e munir as Escolas das necessidades de recursos humanos e materiais, efetivamente necessários para o funcionamento dos CAA.</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>Artigo 14.º Escolas de referência no domínio da visão</p> <p>1 - As escolas de referência no domínio da visão constituem uma resposta educativa especializada nas seguintes áreas:</p> <p>a) Literacia braille contemplando a aplicação de todas as grafias específicas;</p> <p>b) Orientação e mobilidade;</p> <p>c) Produtos de apoio para acesso ao currículo;</p> <p>d) Atividades da vida diária e competências sociais.</p> <p>2 - As escolas de referência no domínio da visão integram docentes com formação especializada em educação especial na área da visão e possuem equipamentos e materiais específicos que garantem a acessibilidade à informação e ao currículo.</p> <p>3 - Compete aos docentes com formação especializada em educação especial na área da visão:</p> <p>a) Promover o desenvolvimento de competências emergentes da leitura e escrita em braille, na educação pré-escolar;</p> <p>b) Lecionar a área curricular de literacia braille contemplando a aplicação de todas as grafias específicas, no ensino básico e secundário;</p> <p>c) Assegurar a avaliação da visão funcional tendo por objetivo a definição de estratégias e materiais adequados;</p> <p>d) Promover o desenvolvimento de competências nas áreas a que se referem as alíneas b), c) e d) do n.º 1;</p> <p>e) Assegurar o apoio aos docentes e a sua articulação com os pais ou encarregados de educação.</p> <p>4 - Compete às escolas a que se referem os números anteriores a organização de respostas educativas diferenciadas, de acordo com níveis de educação e ensino e as características dos alunos, nomeadamente através do acesso ao currículo e à participação nas atividades da escola, promovendo a sua inclusão.</p> <p>Artigo 15.º Escolas de referência para a educação bilingue</p> <p>1 - As escolas de referência para a educação e ensino bilingue constituem uma resposta educativa especializada com o objetivo de implementar o modelo de educação bilingue, enquanto garante do acesso ao currículo nacional comum, assegurando, nomeadamente:</p> <p>a) O desenvolvimento da língua gestual portuguesa (LGP) como primeira língua (L1);</p> <p>b) O desenvolvimento da língua portuguesa escrita como segunda língua (L2);</p> <p>c) A criação de espaços de reflexão e formação, incluindo na área da LGP, numa perspetiva de trabalho colaborativo entre os diferentes profissionais, as famílias e a comunidade educativa em geral.</p> <p>2 - As escolas de referência para a</p>	<p>Sem propostas de alteração</p>	
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------	--

<p><i>educação bilingue integram docentes com formação especializada em educação especial na área da surdez, docentes de LGP, intérpretes de LGP e terapeutas da fala.</i></p> <p><i>3 - As escolas de referência para a educação bilingue possuem equipamentos e materiais específicos que garantem o acesso à informação e ao currículo, designadamente equipamentos e materiais de suporte visual às aprendizagens.</i></p> <p><i>4 - Compete às escolas a que se referem os números anteriores a organização de respostas educativas diferenciadas, de acordo com os níveis de educação e ensino e as características dos alunos, nomeadamente através do acesso ao currículo, à participação nas atividades da escola e ao desenvolvimento de ambientes bilingues, promovendo a sua inclusão.</i></p> <p>Artigo 16.º Escolas de referência para a intervenção precoce na infância</p> <p><i>1 - No âmbito da intervenção precoce na infância é definida uma rede de escolas de referência.</i></p> <p><i>2 - As escolas de referência devem assegurar a articulação do trabalho com as equipas locais a funcionar no âmbito do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância, criado pelo Decreto-Lei n.º 281/2009, de 6 de outubro.</i></p> <p><i>3 - As escolas de referência dispõem de recursos humanos que permitem, em parceria com os serviços de saúde e de segurança social, estabelecer mecanismos que garantem a universalidade na cobertura da intervenção precoce, a construção de planos individuais tão precocemente quanto possível, bem como a melhoria dos processos de transição.</i></p> <p>Artigo 17.º Centros de recursos de tecnologias de informação e comunicação</p> <p><i>1 - Os centros de recursos de tecnologias de informação e comunicação (CRTIC) constituem a rede nacional de centros prescritores de produtos de apoio do Ministério da Educação, no âmbito do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio, nos termos estabelecidos no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 93/2009, de 16 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 42/2011, de 23 de março.</i></p> <p><i>2 - Os CRTIC procedem à avaliação das necessidades dos alunos, a pedido das escolas, para efeitos da atribuição de produtos de apoio de acesso ao currículo.</i></p> <p><i>3 - O acesso aos produtos de apoio constitui um direito dos alunos garantido pela Rede Nacional de CRTIC.</i></p>		
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

<p>Artigo 18.º Centros de recursos para a inclusão</p> <p>1 - Os CRI são serviços especializados existentes na comunidade, acreditados pelo Ministério da Educação, que apoiam e intensificam a capacidade da escola na promoção do sucesso educativo de todos os alunos.</p> <p>2 - Constituiu objetivo dos CRI apoiar a inclusão das crianças e alunos com necessidade de mobilização de medidas adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão, através da facilitação do acesso ao ensino, à formação, ao trabalho, ao lazer, à participação social e à vida autónoma, promovendo o máximo potencial de cada aluno, em parceria com as estruturas da comunidade.</p> <p>3 - Os CRI atuam numa lógica de trabalho de parceria pedagógica e de desenvolvimento com as escolas, prestando serviços especializados como facilitadores da implementação de políticas e de práticas de educação inclusiva.</p>	<p>Artigo 18.º (...)</p> <p>Proposta PCP</p> <p>1 – (...).</p> <p>2 – (...).</p> <p>3 – (...).</p> <p>4 – Compete ao Governo a criação de uma rede pública de centros de recursos para a inclusão.</p>	<p>Artigo 18.º (...)</p> <p>1 – (...).</p> <p>2 – (...).</p> <p>3 – (...).</p> <p>4 – Compete ao Governo a criação de uma rede pública de centros de recursos para a inclusão.</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>Artigo 19.º Cooperação e parceria</p> <p>1 - As escolas podem desenvolver parcerias entre si, com as autarquias e com outras instituições da comunidade que permitam potenciar sinergias, competências e recursos locais, promovendo a articulação das respostas.</p> <p>2 - Estas parcerias visam, designadamente, os seguintes fins:</p> <p>a) A implementação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão;</p> <p>b) O desenvolvimento do programa educativo individual e do plano individual de transição;</p> <p>c) A promoção da vida independente;</p> <p>d) O apoio à equipa multidisciplinar;</p> <p>e) A promoção de ações de capacitação parental;</p> <p>f) O desenvolvimento de atividades de enriquecimento curricular;</p> <p>g) A orientação vocacional;</p>	<p>Artigo 19.º (...)</p> <p>Proposta PCP</p> <p>1 - As escolas podem desenvolver parcerias entre si, com as autarquias e com outras instituições da comunidade, nomeadamente do movimento associativo, que permitam potenciar sinergias, competências e recursos locais, promovendo a articulação das respostas.</p> <p>2 – (...).</p> <p>3 – (...).</p>	<p>Artigo 19.º (...)</p> <p>1 - As escolas podem desenvolver parcerias entre si, com as autarquias e com outras instituições da comunidade, nomeadamente do movimento associativo, que permitam potenciar sinergias, competências e recursos locais, promovendo a articulação das respostas.</p> <p>2 – (...).</p> <p>3 – (...).</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>Artigo 20.º Processo de identificação da necessidade de medidas</p> <p>1 - A identificação da necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão deve ocorrer o mais precocemente possível e efetua-se por iniciativa dos pais ou encarregados de educação, dos serviços de intervenção precoce, dos docentes ou de outros técnicos ou serviços que intervêm com a criança ou aluno.</p> <p>2 - A identificação é apresentada ao diretor da escola, com a explicitação das razões que levam à necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, acompanhada da documentação considerada relevante.</p> <p>3 - A documentação a que se refere o número anterior pode integrar um parecer médico, nos casos de problemas de saúde física ou mental, enquadrado nas necessidades de saúde especiais (NSE).</p> <p>4 - Apresentada a identificação de necessidades nos termos dos números anteriores, compete ao diretor da escola, no prazo de três dias úteis, a contar do dia útil seguinte ao da respetiva apresentação, solicitar à equipa multidisciplinar da escola a elaboração de um relatório técnico-pedagógico nos termos do artigo seguinte.</p> <p>5 - Nas situações em que a equipa multidisciplinar conclui que apenas devem ser mobilizadas medidas universais de suporte à aprendizagem e à inclusão, devolve o processo ao diretor, no prazo de 10 dias úteis, a contar do dia útil seguinte ao da respetiva deliberação, com essa indicação.</p> <p>6 - Nos casos previstos no número anterior, o diretor devolve o processo ao professor titular de turma ou ao diretor de turma, consoante o caso, para comunicação da decisão aos pais ou encarregados de educação.</p> <p>7 - Ao processo de identificação de necessidades de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão quando realizado por docente é aplicável o disposto no n.º 9 do artigo 12.º</p>	<p>Sem propostas de alteração</p>	
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------	--

<p>Artigo 21.º Relatório técnico-pedagógico</p> <p>1 - O relatório técnico-pedagógico é o documento que fundamenta a mobilização de medidas seletivas e ou adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão.</p> <p>2 - O relatório técnico-pedagógico contém:</p> <p>a) A identificação dos fatores que facilitam e que dificultam o progresso e o desenvolvimento das aprendizagens do aluno, nomeadamente fatores da escola, do contexto e individuais do aluno;</p> <p>b) As medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão a mobilizar;</p> <p>c) O modo de operacionalização de cada medida, incluindo objetivos, metas e indicadores de resultados;</p> <p>d) Os responsáveis pela implementação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão;</p> <p>e) Os procedimentos de avaliação da eficácia de cada medida e, quando existente, do programa educativo individual;</p> <p>f) A articulação com os recursos específicos de apoio à inclusão definidos no artigo 11.º</p> <p>3 - A equipa multidisciplinar deve ouvir os pais ou encarregados de educação durante a elaboração do relatório técnico-pedagógico.</p> <p>4 - Sempre que necessário, a equipa multidisciplinar pode solicitar a colaboração de pessoa ou entidade que possa contribuir para o melhor conhecimento do aluno, nomeadamente a equipa de saúde escolar dos ACES/ULS, com o objetivo de construir</p>	<p>Artigo 21.º (...)</p> <p>Proposta PCP</p> <p>1 – (...).</p> <p>2 – Em caso de mudança de escola o relatório técnico pedagógico acompanha a criança ou o aluno.</p> <p>3 – (anterior n.º 2).</p> <p>4 – (anterior n.º 3).</p>	<p>Artigo 21.º (...)</p> <p>1 – (...).</p> <p>2 – Em caso de mudança de escola o relatório técnico pedagógico acompanha a criança ou o aluno.</p> <p>3 – (anterior n.º 2).</p> <p>4 – (anterior n.º 3).</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>uma abordagem participada, integrada e eficaz.</p> <p>5 - Quando o relatório técnico-pedagógico propõe a implementação plurianual de medidas deve definir momentos intercalares de avaliação da sua eficácia.</p> <p>6 - Sempre que sejam propostas adaptações curriculares significativas, o relatório técnico-pedagógico é acompanhado de um programa educativo individual que dele faz parte integrante.</p> <p>7 - O relatório deve ficar concluído no prazo máximo de 30 dias úteis após a apresentação ao diretor da necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, nos termos do n.º 2 do artigo 20.º</p> <p>8 - O relatório técnico-pedagógico é parte integrante do processo individual do aluno, sem prejuízo da confidencialidade a que está sujeito nos termos da lei.</p> <p>9 - A implementação das medidas previstas no relatório técnico-pedagógico depende da concordância dos pais ou encarregados de educação.</p> <p>10 - O coordenador da implementação das medidas propostas no relatório técnico-pedagógico é o educador de infância, o professor titular de turma ou o diretor de turma, consoante o caso.</p>	<p>5 – (anterior n.º 4).</p> <p>6 – (anterior n.º 5).</p> <p>7 – (anterior n.º 6).</p> <p>8 – (anterior n.º 7).</p> <p>9 – (anterior n.º 8).</p> <p>10 – (anterior n.º 9).</p> <p>11 – (anterior n.º 10).</p>	<p>5 – (anterior n.º 4).</p> <p>6 – (anterior n.º 5).</p> <p>7 – (anterior n.º 6).</p> <p>8 – (anterior n.º 7).</p> <p>9 – (anterior n.º 8).</p> <p>10 – (anterior n.º 9).</p> <p>11 – (anterior n.º 10).</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>Artigo 22.º Aprovação do relatório técnico-pedagógico</p> <p>1 - O relatório técnico-pedagógico é submetido à aprovação dos pais ou encarregados de educação do aluno, a efetivar no prazo de cinco dias úteis após a sua conclusão.</p> <p>2 - Para os efeitos estabelecidos no número anterior, os pais ou encarregados de educação e, sempre que possível, o próprio aluno datam e assinam o relatório técnico-pedagógico.</p> <p>3 - No caso de o relatório técnico-pedagógico não merecer a concordância dos pais ou encarregados de educação, devem estes fazer constar, em anexo ao relatório, os fundamentos da sua discordância.</p> <p>4 - Obtida a concordância dos pais ou encarregados de educação, o relatório técnico-pedagógico e, quando aplicável, o programa educativo individual são submetidos a homologação do diretor, ouvido o conselho pedagógico.</p> <p>5 - O diretor dispõe do prazo de 10 dias úteis para homologar o relatório técnico-pedagógico e, quando aplicável, o programa educativo individual e proceder</p>	<p>Artigo 22.º (...)</p> <p>Proposta PCP</p> <p>1 – (...).</p> <p>2 – (...).</p> <p>3 – (...).</p> <p>4 – Em caso de discordância dos pais ou encarregados de educação, compete à equipa multidisciplinar, apreciar os fundamentos da discordância, alterando o relatório em caso de necessidade e dando conhecimento aos pais ou encarregados de educação.</p> <p>5 – (anterior n.º 4).</p>	<p>Artigo 22.º (...)</p> <p>1 – (...).</p> <p>2 – (...).</p> <p>3 – (...).</p> <p>4 – Em caso de discordância dos pais ou encarregados de educação, compete à equipa multidisciplinar, apreciar os fundamentos da discordância, alterando o relatório em caso de necessidade e dando conhecimento aos pais ou encarregados de educação.</p> <p>5 – (anterior n.º 4).</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>à mobilização das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão neles previstas.</p> <p>6 - O relatório técnico-pedagógico e, quando aplicável, o programa educativo individual devem ser revistos atempadamente de modo a garantir que no início de cada ano letivo as medidas são imediatamente mobilizadas.</p>	<p>6 – (anterior n.º 5).</p> <p>7 – (anterior n.º 6).</p>	<p>6 – (anterior n.º 5).</p> <p>7 – (anterior n.º 6).</p>
<p>Artigo 23.º Identificação da necessidade de frequência de áreas curriculares específicas 1 - A identificação da necessidade de frequência de áreas curriculares específicas deve ocorrer o mais precocemente possível. 2 - A identificação realiza-se por iniciativa dos pais ou encarregados de educação, dos serviços de intervenção precoce, dos docentes ou de outros técnicos ou serviços que intervêm com a criança ou aluno. 3 - A proposta com a identificação a que se refere o n.º 1 é apresentada ao diretor competindo-lhe criar as condições necessárias à oferta da área curricular específica.</p>	<p><i>Sem propostas de alteração</i></p>	
<p>Artigo 24.º Programa educativo individual</p> <p>1 - O programa educativo individual, a que se refere o n.º 6 do artigo 22.º, contém a identificação e a operacionalização das adaptações curriculares significativas e integra as competências e as aprendizagens a desenvolver pelos alunos, a identificação das estratégias de ensino e das adaptações a efetuar no processo de avaliação.</p> <p>2 - O programa educativo individual integra ainda outras medidas de suporte à inclusão, a definir pela equipa multidisciplinar.</p>	<p>Artigo 24.º (...)</p> <p>Proposta PCP</p> <p>1 - O programa educativo individual, a que se refere o n.º 6 do artigo 22.º, contém a identificação e a operacionalização das adaptações curriculares significativas e integra as competências e as aprendizagens a desenvolver pelos alunos, a identificação das estratégias de ensino e das adaptações a efetuar no processo de avaliação, possibilitando o prosseguimento de estudos além da escolaridade obrigatória.</p> <p>2 – (...).</p>	<p>Artigo 24.º (...)</p> <p>1 - O programa educativo individual, a que se refere o n.º 6 do artigo 22.º, contém a identificação e a operacionalização das adaptações curriculares significativas e integra as competências e as aprendizagens a desenvolver pelos alunos, a identificação das estratégias de ensino e das adaptações a efetuar no processo de avaliação, possibilitando o prosseguimento de estudos além da escolaridade obrigatória.</p> <p>2 – (...).</p>

<p>3 - O programa educativo individual deve conter os seguintes elementos:</p> <p>a) O total de horas letivas do aluno, de acordo com o respetivo nível de educação ou de ensino;</p> <p>b) Os produtos de apoio, sempre que sejam adequados e necessários para o acesso e participação no currículo;</p> <p>c) Estratégias para a transição entre ciclos e níveis de educação e ensino, quando aplicável.</p>	<p>3 - (...).</p>	<p>3 - (...).</p>
<p>4 - Sem prejuízo da avaliação a realizar por cada docente, o programa educativo individual é monitorizado e avaliado nos termos previsto no relatório técnico-pedagógico.</p>	<p>4 - (...).</p>	<p>4 - (...).</p>
<p>5 - O programa educativo individual e o plano individual de intervenção precoce são complementares, devendo ser garantida a necessária coerência, articulação e comunicação entre ambos.</p>	<p>5 - (...).</p>	<p>5 - (...).</p>
<p>6 - O programa educativo individual e o plano de saúde individual são complementares no caso de crianças com necessidades de saúde especiais, devendo ser garantida a necessária coerência, articulação e comunicação entre ambos.</p>	<p>6 - (...).</p>	<p>6 - (...).</p>

<p>Artigo 25.º Plano individual de transição</p> <p>1 - Sempre que o aluno tenha um programa educativo individual deve este ser complementado por um plano individual de transição destinado a promover a transição para a vida pós-escolar e, sempre que possível, para o exercício de uma atividade profissional.</p> <p>2 - O plano individual de transição deve orientar-se pelos princípios da educabilidade universal, da equidade, da inclusão, da flexibilidade e da autodeterminação.</p> <p>3 - A implementação do plano individual de transição inicia-se três anos antes da idade limite da escolaridade obrigatória.</p> <p>4 - O plano individual de transição deve ser datado e assinado por todos os profissionais que participam na sua elaboração, pelos pais ou encarregados de educação e, sempre que possível, pelo próprio aluno.</p>	<p>Artigo 25.º (...)</p> <p>Proposta PCP</p> <p>1 - Sempre que o aluno tenha um programa educativo individual pode este ser complementado por um plano individual de transição destinado a promover a transição para a vida pós-escolar e, sempre que possível, para o exercício de uma atividade profissional.</p> <p>2 - (...).</p> <p>3 - (...).</p> <p>4 - (...).</p>	<p>Artigo 25.º</p> <p>1 - Sempre que o aluno tenha um programa educativo individual pode este ser complementado por um plano individual de transição destinado a promover a transição para a vida pós-escolar e, sempre que possível, para o exercício de uma atividade profissional.</p> <p>2 - (...).</p> <p>3 - (...).</p> <p>4 - (...).</p>
<p>Artigo 26.º Confidencialidade e proteção dos dados <i>Toda a informação resultante da intervenção técnica e educativa, designadamente o relatório técnico-pedagógico, deve constar do processo individual do aluno e está sujeita aos limites constitucionais e legais, designadamente ao disposto na legislação sobre proteção de dados pessoais, no que diz respeito ao acesso e tratamento desses dados e sigilo profissional.</i></p>	<p><i>Sem propostas de alteração</i></p>	

<p>Artigo 27.º Matrícula</p> <p>1 - A equipa multidisciplinar pode propor ao diretor da escola, com a concordância dos pais ou encarregados de educação, o ingresso antecipado ou o adiamento da matrícula, nos termos do disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto.</p> <p>2 - Têm prioridade na matrícula ou renovação de matrícula nas escolas de referência, no domínio da visão e para a educação bilingue, os alunos que necessitam destes recursos organizacionais.</p> <p>3 - Os alunos com programa educativo individual têm prioridade na matrícula ou renovação de matrícula na escola de preferência dos pais ou encarregados de educação.</p>	<p>Artigo 27.º Proposta PCP</p> <p>1 – (...).</p> <p>2 – (...).</p> <p>3– (...).</p> <p>4 – Em caso de necessidade, para cumprimento do previsto no número anterior, o Governo procede à abertura e constituição de novas turmas.</p> <p>5 - Os alunos apoiados pelos centros de apoio de aprendizagem têm prioridade na renovação de matrícula, independentemente da sua área de residência.</p>	<p>Artigo 27.º (...)</p> <p>1 – (...).</p> <p>2 – (...).</p> <p>3– (...).</p> <p>4 – Em caso de necessidade, para cumprimento do previsto no número anterior, o Governo procede à abertura e constituição de novas turmas.</p> <p>5 - Os alunos apoiados pelos centros de apoio de aprendizagem têm prioridade na renovação de matrícula, independentemente da sua área de residência.</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>Artigo 28.º Adaptações ao processo de avaliação</p> <p>1 - As escolas devem assegurar a todos os alunos o direito à participação no processo de avaliação.</p> <p>2 - Constituem adaptações ao processo de avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) A diversificação dos instrumentos de recolha de informação, tais como, inquéritos, entrevistas, registos vídeo ou áudio; b) Os enunciados em formatos acessíveis, nomeadamente braille, tabelas e mapas em relevo, daisy, digital; c) A interpretação em LGP; d) A utilização de produtos de apoio; e) O tempo suplementar para realização da prova; f) A transcrição das respostas; g) A leitura de enunciados; h) A utilização de sala separada; i) As pausas vigiadas; j) O código de identificação de cores nos enunciados. <p>3 - As adaptações ao processo de avaliação interna são da competência da escola, sem prejuízo da obrigatoriedade de publicitar os resultados dessa avaliação nos momentos definidos pela escola para todos os alunos.</p> <p>4 - No ensino básico, as adaptações ao processo de avaliação externa são da competência da escola, devendo ser fundamentadas, constar do processo do aluno e ser comunicadas ao Júri Nacional de Exames.</p> <p>5 - No ensino secundário, é da competência da escola decidir fundamentadamente e comunicar ao Júri Nacional de Exames as seguintes adaptações ao processo de avaliação</p>	<p>Artigo 28.º (...)</p> <p>Proposta BE 1 – (...).</p> <p>2 – (...).</p> <p>3 – (...).</p> <p>4 – (...).</p> <p>5 – (...): a) (...); b) (...); c) A utilização de sala separada; d) (anterior alínea c);</p>	<p>Artigo 28.º (...)</p> <p>1 – (...).</p> <p>2 – (...).</p> <p>3 – (...).</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>externa:</p> <p>a) A utilização de produtos de apoio;</p> <p>b) A saída da sala durante a realização da prova/exame;</p> <p>c) A adaptação do espaço ou do material;</p> <p>d) A presença de intérprete de língua gestual portuguesa;</p> <p>e) A consulta de dicionário de língua portuguesa;</p> <p>f) A realização de provas adaptadas.</p> <p>6 - No ensino secundário, a escola pode requerer autorização ao Júri Nacional de Exames para realizar as seguintes adaptações ao processo de avaliação externa:</p> <p>a) A realização de exame de português língua segunda (PL2);</p> <p>b) O acompanhamento por um docente;</p> <p>c) A utilização de instrumentos de apoio à aplicação de critérios de classificação de provas, para alunos com dislexia, conforme previsto no Regulamento das provas de avaliação externa;</p> <p>d) A utilização de tempo suplementar.</p> <p>7 - As adaptações ao processo de avaliação externa devem constar do processo do aluno.</p>	<p>e) O tempo suplementar para realização da prova;</p> <p>f) A transcrição das respostas;</p> <p>g) A leitura de enunciados;</p> <p>h) (anterior alínea d);</p> <p>i) (anterior alínea e);</p> <p>j) (anterior alínea f)</p> <p>6- (...).</p> <p>7- (...).</p>	<p>5 – (...):</p> <p>a) (...);</p> <p>b) (...);</p> <p>c) A utilização de sala separada;</p> <p>d) (anterior alínea c);</p> <p>e) O tempo suplementar para realização da prova;</p> <p>f) A transcrição das respostas;</p> <p>g) A leitura de enunciados;</p> <p>h) (anterior alínea d);</p> <p>i) (anterior alínea e);</p> <p>j) (anterior alínea f)</p> <p>6- (...).</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>Artigo 29.º Progressão 1 - A progressão dos alunos abrangidos por medidas universais e seletivas de suporte à aprendizagem e à inclusão realiza-se nos termos definidos na lei. 2 - A progressão dos alunos abrangidos por medidas adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão realiza-se nos termos definidos no relatório técnico-pedagógico e no programa educativo individual.</p>	<p>Sem propostas de alteração</p>	
<p>Artigo 30.º Certificação 1 - No final do seu percurso escolar, todos os alunos têm direito à emissão de certificado e diploma de conclusão da escolaridade obrigatória e sempre que aplicável com a identificação do nível de qualificação de acordo com o Quadro Nacional de Qualificações e do nível que lhe corresponde no Quadro Europeu de Qualificações. 2 - No caso dos alunos que seguiram o percurso escolar com adaptações curriculares significativas, do certificado deve constar o ciclo ou nível de ensino concluído e a informação curricular relevante do programa educativo individual, bem como as áreas e as experiências desenvolvidas ao longo da implementação do plano individual de transição. 3 - O modelo de certificado previsto nos números anteriores é regulamentado por portaria dos membros do Governo responsáveis pela área da educação e, sempre que aplicável, pela área da formação profissional.</p>	<p>Sem propostas de alteração</p>	
<p>Artigo 31.º Regime de transição para alunos com a extinta medida currículo específico individual 1 - O aluno que à data da entrada em vigor do presente decreto-lei se encontre abrangido pela medida currículo específico individual, prevista na alínea e) do artigo 16.º e no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, alterado pela Lei n.º 21/2008, de 12 de maio, deve ter o seu programa educativo individual reavaliado pela equipa multidisciplinar para identificar a necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão e para elaborar o relatório técnico-pedagógico previsto no artigo 21.º do presente decreto-lei. 2 - Sempre que o relatório técnico-pedagógico contemple a realização de adaptações curriculares significativas deve ser elaborado um programa educativo individual, de acordo com o disposto no artigo 24.º 3 - A avaliação e a certificação das aprendizagens dos alunos que se encontram abrangidos pela medida currículo específico individual, à data da entrada em vigor do presente decreto-lei,</p>	<p>Sem propostas de alteração</p>	

<p><i>obedecem ao regime de avaliação das aprendizagens dos alunos dos ensinos básico e secundário, com as adaptações constantes do programa educativo individual de acordo com o disposto no artigo 24.º</i></p> <p><i>4 - Aos alunos que completem a idade limite da escolaridade obrigatória nos três anos subsequentes à data da entrada em vigor do presente decreto-lei é elaborado um plano individual de transição, de acordo com o disposto no artigo 25.º</i></p> <p><i>5 - As medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão que integram o programa educativo individual do aluno são equacionadas no contexto das respostas educativas oferecidas pela escola que frequentam.</i></p> <p><i>6 - O relatório técnico-pedagógico e o programa educativo individual referidos nos n.os 1 e 2 devem ser elaborados em momento anterior ao início do ano letivo a que se reporta a produção de efeitos do presente decreto-lei.</i></p>		
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

<p>Artigo 32.º Manual de apoio</p> <p>1 - Sem prejuízo das competências gerais previstas na lei, compete à Direção-Geral da Educação, em colaboração com a Direção-Geral da Saúde e o Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P., a criação e a atualização de um manual de apoio à prática inclusiva dirigido às escolas e seus profissionais, aos pais ou encarregados de educação e outros envolvidos na educação inclusiva.</p> <p>2 - O manual de apoio à prática inclusiva é elaborado e disponibilizado no prazo de 30 dias após a entrada em vigor do presente decreto-lei.</p>	<p>Artigo 32.º Manual de apoio</p> <p>Proposta CDS</p> <p>1 – [...]</p> <p>2 – [...]</p> <p>3 – O manual de apoio a que se refere o número anterior deve ser um documento passível de atualizações, que resultem da inclusão de novo conhecimento em função da experiência da aplicação do disposto neste mesmo decreto-lei.</p>	<p>Artigo 32.º Manual de apoio</p> <p>1 – [...]</p> <p>2 – [...]</p> <p>3 – O manual de apoio a que se refere o número anterior deve ser um documento passível de atualizações, que resultem da inclusão de novo conhecimento em função da experiência da aplicação do disposto neste mesmo decreto-lei.</p>
	<p>Artigo 32.º-A Formação</p> <p>Proposta BE</p> <p>1 - A implementação deste Decreto-lei pressupõe a aplicação de um plano de formação.</p> <p>2 - Esta formação deve abranger docentes de educação especial, docentes em geral, direções de escola, funcionários não docentes e famílias.</p> <p>3 - A formação será gratuita para os formandos, sendo os seus custos suportados pelo Ministério da Educação.»</p>	<p>Artigo 32.º-A Formação</p> <p>1 - A implementação deste Decreto-lei pressupõe a aplicação de um plano de formação.</p> <p>2 - Esta formação deve abranger docentes de educação especial, docentes em geral, direções de escola, funcionários não docentes e famílias.</p> <p>3 - A formação será gratuita para os formandos, sendo os seus custos suportados pelo Ministério da Educação.»</p>

Artigo 33.º Acompanhamento, monitorização e avaliação	Artigo 33.º Acompanhamento, monitorização e avaliação	Artigo 33.º Acompanhamento, monitorização e avaliação
<p>1 - O acompanhamento da aplicação do presente decreto-lei é assegurado a nível nacional por uma equipa, que integra elementos dos serviços com atribuições nesta matéria, a designar pelos respetivos membros do Governo, podendo ainda integrar representantes dos Governos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.</p> <p>2 - As escolas devem incluir nos seus relatórios de autoavaliação as conclusões da monitorização da implementação das medidas curriculares, dos recursos e estruturas de suporte à educação inclusiva.</p> <p>3 - Sem prejuízo das competências gerais previstas na lei e no respeito pela autonomia de cada escola, cabe à Inspeção-Geral da Educação e Ciência acompanhar e avaliar especificamente as práticas inclusivas de cada escola, designadamente a monitorização e verificação da regularidade na constituição de turmas e na adequação do número de alunos às necessidades reais, bem como no modo como a escola se organiza e gere o currículo, com vista a fomentar a eficácia das medidas de suporte à aprendizagem, garantindo uma educação inclusiva para todos.</p> <p>4 - A avaliação prevista no número anterior é objeto de um relatório de meta-análise a ser apresentado anualmente ao membro do Governo responsável pela área da educação.</p>	<p>Proposta CDS</p> <p>1 – [...]</p> <p>2 – [...]</p> <p>3 – [...]</p> <p>4 - Caberá igualmente à Inspeção-Geral da Educação e Ciência avaliar as condições físicas e todos os tipos de recursos de que as escolas dispõem para a aplicação deste decreto-lei, designadamente para dar cumprimento ao disposto nos artigos 9º e 10º.</p>	<p>1 – [...]</p> <p>2 – [...]</p> <p>3 – [...]</p> <p>4 - Caberá igualmente à Inspeção-Geral da Educação e Ciência avaliar as condições físicas e todos os tipos de recursos de que as escolas dispõem para a aplicação deste decreto-lei, designadamente para dar cumprimento ao disposto nos artigos 9º e 10º.</p>

<p>5 - A cada cinco anos, o membro do Governo da área da educação promove uma avaliação da aplicação do presente decreto-lei com vista à melhoria contínua da educação inclusiva.</p> <p>6 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Ministério da Educação promove a avaliação da implementação do presente decreto-lei no prazo de dois anos após a sua entrada em vigor.</p>	<p>5 – As avaliações previstas nos números anteriores serão objeto de um relatório a ser apresentado anualmente ao membro do Governo responsável pela área da educação.</p> <p>6 – (Anterior n.º 5)</p> <p>7 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Ministério da Educação promove a avaliação da implementação do presente decreto-lei no prazo de dois anos após a sua entrada em vigor, tornando públicos os seus resultados.</p> <p>8 – O Governo compromete-se, no prazo de 90 dias, à publicação de uma portaria que regulamente o conjunto de indicadores estatísticos com base nos quais, ainda que de forma não exaustiva, se caracterizem e avaliem as medidas e os resultados da política de inclusão na educação, para a qual o presente decreto-lei concorre.</p>	<p>5 – As avaliações previstas nos números anteriores serão objeto de um relatório a ser apresentado anualmente ao membro do Governo responsável pela área da educação.</p> <p>7 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Ministério da Educação promove a avaliação da implementação do presente decreto-lei no prazo de dois anos após a sua entrada em vigor, tornando públicos os seus resultados.</p> <p>8 – O Governo compromete-se, no prazo de 90 dias, à publicação de uma portaria que regulamente o conjunto de indicadores estatísticos com base nos quais, ainda que de forma não exaustiva, se caracterizem e avaliem as medidas e os resultados da política de inclusão na educação, para a qual o presente decreto-lei concorre.</p>
<p>Artigo 34.º Criação e extinção de escolas de referência <i>A criação e extinção de escolas de referência é da competência do membro do Governo responsável pela área da educação, sob proposta dos serviços competentes do Ministério da Educação.</i></p> <p>Artigo 35.º Constituição das equipas multidisciplinares de apoio à educação inclusiva <i>As equipas multidisciplinares de apoio à educação inclusiva entram em funcionamento no prazo de 30 dias a contar da data da entrada em vigor do presente decreto-lei</i></p>	<p><i>Sem propostas de alteração</i></p>	

<p>Artigo 36.º Acolhimento de valências</p> <p>1 - Os centros de apoio à aprendizagem acolhem as valências existentes no terreno, nomeadamente as unidades especializadas.</p> <p>2 - Os alunos apoiados pelos centros referidos no número anterior têm prioridade na renovação de matrícula, independentemente da sua área de residência.</p>	<p>Artigo 36.º (...)</p> <p>Os centros de apoio à aprendizagem acolhem as valências existentes no terreno, nomeadamente as unidades especializadas.</p>	<p>Artigo 36.º (...)</p>
<p>Artigo 37.º Regulamentação</p> <p>1 - As condições de acesso, de frequência e o financiamento dos estabelecimentos de educação especial são definidos por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da educação.</p> <p>2 - Até à publicação da regulamentação referida no número anterior, mantêm-se em vigor a Portaria n.º 1102/97 e a Portaria n.º 1103/97, ambas de 3 de novembro.</p>	<p>Artigo 37.º Regulamentação</p> <p>Proposta CDS</p> <p>1 – [...]</p> <p>2 - O Governo compromete-se à publicação das portarias referidas no número anterior até junho de 2019.</p> <p>3 – (Anterior n.º 2).</p> <p>Proposta PCP</p> <p>2 – (...).</p> <p>3 -O Governo procede à regulamentação do presente diploma, no prazo de 30 dias após a sua publicação, com visto à sua aplicação a partir do ano letivo 2019-2020.</p>	<p>Artigo 37.º Regulamentação</p> <p>1 – [...]</p> <p>3 -O Governo procede à regulamentação do presente diploma, no prazo de 30 dias após a sua publicação, com visto à sua aplicação a partir do ano letivo 2019-2020.</p>

<p>Artigo 38.º Remissões e referências legais 1 - Todas as remissões feitas para o Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, alterado pela Lei n.º 21/2008, de 12 de maio, consideram-se feitas para o presente decreto-lei. 2 - As referências constantes do presente decreto-lei aos órgãos de direção, administração e gestão dos estabelecimentos do ensino público, bem como às estruturas de coordenação e supervisão pedagógica, consideram-se feitas para os órgãos e estruturas com competência</p> <p>Artigo 39.º Regiões Autónomas A aplicação do presente decreto-lei às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira faz-se sem prejuízo das competências dos órgãos de Governo próprio em matéria de educação.</p> <p>Artigo 40.º Norma revogatória São revogados: a) O Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, alterado pela Lei n.º 21/2008, de 12 de maio; b) A Portaria n.º 201-C/2015, de 10 de julho.</p> <p>Artigo 41.º Produção de efeitos 1 - O presente decreto-lei produz efeitos a partir do ano escolar 2018-2019. 2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, e do regime previsto no artigo 31.º, devem as escolas proceder à sua aplicação na preparação do ano letivo 2018-2019.</p>	<p>Sem propostas de alteração</p>	
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------	--

